

Recebimento: 01/04/2021

Aceite: 15/05/2022

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: A INSERÇÃO PRECÁRIA DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

BRAZILIAN DEINDUSTRIALIZATION: BRAZIL'S PRECARIOUS INSERTION IN THE GLOBALIZATION PROCESS

Edson Trajano Vieira¹

Moacir José dos Santos²

Resumo

A redução da participação da indústria nas atividades econômicas esteve presente na segunda metade do século XX em países como os EUA e a Alemanha, e em praticamente todos os países desenvolvidos, mas não ocorreu em economias de industrialização mais recente, como nos casos chinês e indiano. O objetivo desta pesquisa foi identificar como ocorreu o processo histórico da desindustrialização da economia brasileira e sua reprimarização, com sua inserção acelerada na economia globalizada, e quais os indicadores que apontam a ocorrência desse processo. No aspecto metodológico, foi realizada a classificação do uso das séries históricas, a fim de apresentar a evolução dos indicadores da industrialização e da desindustrialização brasileira. Os resultados apontam que o auge da participação das atividades industriais na economia brasileira ocorreu na década de 1980, em que $\frac{1}{4}$ das riquezas produzidas tinha origem nas atividades industriais, percentual que se reduziu drasticamente após esse período, marcando, assim o processo de desindustrialização no país.

Palavras-chave: História econômica. Desindustrialização. Reprimarização.

Abstract

The reduction in the participation of industry in economic activities was present in the second half of the 20th century in countries such as the USA and Germany, and in practically all developed countries, but it did not occur in more recently industrialized economies, such as the Chinese and Indian cases. The objective of this research was to identify how the historical process of deindustrialization of the Brazilian economy and its reprimarization occurred, with its accelerated insertion in the globalized economy, and which indicators point to the occurrence of this process. In the methodological aspect, the classification of the use of historical series was carried out in order to present the evolution of the indicators of Brazilian industrialization and deindustrialization. The

¹ Doutor em História Econômica (USP), professor do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, UNITAU, e do Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba, e-mail: etrajanov@gmail.com

² Doutor em História (UNESP), professor do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, UNITAU, e do Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba, e-mail: professormoacirsantos@gmail.com

results indicate that the peak of the participation of industrial activities in the Brazilian economy occurred in the 1980s, when $\frac{1}{4}$ of the wealth produced came from industrial activities, a percentage that drastically reduced after this period, thus marking the process of deindustrialization in the country.

Keywords: Economic history. Deindustrialization. reprimarization.

Introdução

A história da dinâmica industrial capitalista está associada ao processo de exploração da classe trabalhadora. Os países que participaram da primeira revolução industrial (Inglaterra) e da segunda (Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão) constituíram a vanguarda do sistema capitalista, principalmente nos séculos XVIII e XIX. Países como o Brasil alcançaram a industrialização após a vanguarda capitalista, durante o século XX, o que resultou em uma produção restrita e incompleta, principalmente em razão da falta de dinamismo dos setores de bens de capital e distribuição desigual dos ganhos da produção (MELLO, 1998).

O crescimento das atividades industriais no Brasil estava associado ao momento histórico, com a dependência tecnológica de nações desenvolvidas, e conseqüentemente, a dependência dos termos de troca, consequência da industrialização tardia em relação aos países capitalistas desenvolvidos. Na segunda metade do século XX, a implantação do Plano de Metas de JK e do Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos 1970 resultaram na expansão do setor industrial. No entanto, após meados dos anos 1980, a economia brasileira e a indústria de transformação, em particular, passaram a apresentar não somente baixas taxas de crescimento, como também uma das menores do mundo (MORCEIRO, 2012). Esse fenômeno é reconhecido na literatura dedicada ao desenvolvimento como desindustrialização. Entre as suas características está o recuo do setor industrial e a reprimarização da atividade econômica, com destaque para a exportação de *commodities* agrícolas e minerais.

No final do século XX, com o avanço das políticas neoliberais e a privatização das empresas estatais, a intensificação da precarização das condições de trabalho e a dependência de capital externo especulativo tornaram-se elementos comuns aos países da América Latina. As políticas baseadas no “Consenso de Washington”, sobretudo durante o Governo Collor, com um conjunto de recomendações de política econômica concebidas por grandes organismos multinacionais, como o BIRD e o FMI, entre outras medidas pautaram a reestruturação do setor privado, com a redução das tarifas de importação e a inserção da economia mais globalizada (ANDREI; SAMPAIO, 1995). Esse cenário fortaleceu o processo de desindustrialização brasileira e a consequente dependência do capital externo, em um contexto histórico em que o processo de globalização consolidava a divisão internacional do trabalho a partir das cadeias produtivas globais.

A redução da competitividade do setor industrial contribuiu para o aumento da participação do setor primário exportador no processo de inserção acelerada da economia brasileira na globalização. Esse processo provocou um desempenho sofrível do setor industrial brasileiro, com a fragilização da inserção historicamente subordinada do país na divisão internacional do trabalho. O objetivo do artigo em tela é caracterizar o processo histórico da desindustrialização e da reprimarização da economia brasileira, sobretudo a partir da década de 1980, considerando as condições históricas e econômicas de inserção da economia nacional na globalização

Capitalismo, industrialização e desenvolvimento econômico

A história econômica moderna está associada à evolução do sistema econômico capitalista e à discussão sobre crescimento e desenvolvimento econômico. Para os economistas, quantificar o desenvolvimento econômico é um grande desafio. Para tanto, utilizam o processo mais prático, que é o quantitativo, ao associar a ideia do desenvolvimento com a evolução da produção. Já os historiadores debatem a questão do desenvolvimento de um uma forma mais ampla, com a ultrapassagem das barreiras centradas nos indicadores econômicos sob a perspectiva temporal e dos efeitos sociais e espaciais das relações econômicas. No campo da história do desenvolvimento econômico, destacam-se Max Weber, Pierre Vilar, Jean Marczewski, Witold Kula. No Brasil, ganham importância os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior (VIEIRA, 2009).

Para Weber (2006), a história econômica tem como objetivo, em primeiro lugar, investigar como se encontram distribuídas, especializadas e combinadas as relações econômicas numa determinada época, no aspecto técnico e econômico e no que diz respeito à ordenação da propriedade. Em segundo lugar, investigar a estruturação da sociedade em classes e, em terceiro, demonstrar a relação entre racionalidade e irracionalidade econômica. A grande questão levantada por Weber, assim como pela escola historicista alemã de economia, foi mostrar que a economia não é uma ciência exata, mas fruto das relações humanas sociais.

Na história econômica, há divergência entre historiadores a respeito do conceito de desenvolvimento e sobre como quantificá-lo. Por exemplo, Marczewski (1973) define a história quantitativa como um dos métodos de pesquisa em história, com a utilização de modelos econométricos. Já para Villar (1973), a falsa segurança dos números é uma visão científica enganosa, a introdução no campo da história de um novo “cavalo de troia”, o quantitativismo. Neste trabalho realizou-se uma aproximação entre as linhas metodológicas da histórica e econômica, por considerar-se a complexidade do desenvolvimento quanto à sua inserção em diferentes campos do conhecimento.

A discussão sobre a avaliação do desenvolvimento econômico é fundamental, por possibilitar a compreensão do impacto da organização do sistema socioproductivo sobre a reprodução da sociedade contemporânea. A reação às consequências da crise econômica de 1929 e a política norte-americana após Segunda Guerra Mundial para a recuperação dos países da Europa Ocidental, com o intuito de combater a expansão do comunismo, elevaram a discussão sobre o desenvolvimento econômico ao centro da política internacional (HOBBSAWM, 1995). Um dos eixos de análise da história do século XX é presença universal do desenvolvimento como articulador das ações políticas e econômicas no século XX, especialmente quanto a expectativa de superação das diferenças entre os países em desenvolvimento em relação aqueles que ocupavam a centralidade da economia mundial. No Brasil, a industrialização foi o processo central do debate acerca do desenvolvimento e de como alcançá-lo. O Brasil, no século XX, destacou-se entre os Estados que buscaram o desenvolvimento econômico a partir da industrialização, sem, contudo, igualar os parâmetros de desenvolvimento estabelecidos por Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão. Desse modo, a indústria é restrita e incompleta, em razão da falta de dinamismo dos setores de bens de capital, dependentes da tecnologia e da produção dos países da vanguarda do sistema capitalista (MELLO, 1998),

O cenário político da Guerra Fria colaborou para promover o debate sobre o desenvolvimento como consequência de políticas econômicas e sociais bem-sucedidas. Tratava-se de um cenário em que a disputa geopolítica se estabelecia em todos os campos das atividades humanas, inclusive enquanto recurso para disputa ideológica. Ao cenário político da Guerra Fria, somava-se a preocupação em evitar os desequilíbrios do sistema econômico capitalista, sob o impulso da reação à crise de 1929. Entendia-se, naquele momento, que competia ao Estado acompanhar o desempenho das atividades econômicas e combater as tendências de crise típicas do capitalismo. Essa abordagem elegia o planejamento mediante a avaliação de indicadores macroeconômicos como a estratégia mais pertinente para a manutenção constante da expansão econômica e a elevação do bem-estar social.

Embora cada país haja peculiaridades quanto à participação do Estado no âmbito das atividades econômicas, o que impede a concepção de um modelo único de intervenção naquele período, é adequado reconhecer que, entre 1930 e 1980, predominou, em escala internacional, a adoção de políticas econômicas inspiradas nas ideias de John Maynard Keynes na esfera capitalista, enquanto na órbita comunista o Estado dominava por completo as atividades econômicas (JUDT, 2008).

A crença na associação entre industrialização e desenvolvimento tem como contraponto os limites do capitalismo praticado em países como o Brasil, na segunda metade do século passado. A internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa, após a Segunda Guerra Mundial, efetivaram um processo de industrialização que não resolveu o problema do desenvolvimento, entre outros fatores, devido à forte concentração espacial, individual e funcional da renda, resultante da própria dinâmica industrial daquele período histórico. Nos países em desenvolvimento, a industrialização promoveu o crescimento da atividade econômica, acompanhado por uma forte concentração espacial da renda. O desenvolvimento econômico brasileiro, com destaque para o período entre 1956 a 1979, foi resultado desse processo de crescimento econômico desigual. Os modelos econômicos desenvolvimentistas atribuíam à atividade industrial a função de multiplicar e distribuir a renda nacional, o que não ocorreu em razão da concentração espacial da

industrialização e da renda por ela produzida, consolidando uma das características marcantes do capitalismo brasileiro, o desequilíbrio entre as regiões (CANO, 1990).

Essa condição agravou-se durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando as consequências da industrialização e as medidas necessárias para se alcançar um cenário de maior equilíbrio entre as regiões demandava debate público sobre as ações do Estado, o que efetivamente não ocorreu, em razão da política de censura ao debate político. Segundo as políticas keynesianas, o Estado tem o papel de agente regulador dos desequilíbrios regionais, pois o capital privado, na lógica capitalista, busca a maximização do lucro nas áreas mais desenvolvidas, sem preocupação com as regiões preteridas durante o crescimento econômico. Tal premissa não pautou a ação do Estado nacional, dedicado a assegurar ao capital internacional as condições mais favoráveis à sua reprodução.

No capitalismo, a dinâmica industrial é associada ao desenvolvimento, mesmo com o processo de exploração da classe trabalhadora assalariada. As condições de reprodução do capital representam o vetor que define a distribuição ou a concentração da riqueza produzida. O capitalista pode intensificar a produção sem a necessidade de expansão do número de empregos, o que implica o exercício da mais valia relativa. O amadurecimento do capitalismo está diretamente associado à produção fabril que, com novas técnicas, permitiu a redução dos preços, a expansão do consumo e intensificou as relações de trocas entre as classes sociais, a dos capitalistas (meios de produção) e a dos trabalhadores (força de trabalho). A internacionalização do capital nas últimas décadas refinou as condições de extração da mais valia mediante o aprofundamento da tecnologia da comunicação e da modernização dos sistemas de transporte e de distribuição da produção (HARVEY, 2006).

Segundo a teoria da arrancada de Rostow (1974), o desenvolvimento econômico sustentável somente é alcançado com o crescimento econômico rápido e duradouro, resultante de uma elevada taxa de poupança para aumentar os investimentos. Em longo prazo, uma distribuição mais igualitária de oportunidades justificaria os sacrifícios impostos aos trabalhadores, assim como a parte da população. Sob essa perspectiva, em um primeiro momento, promover a política de distribuição de renda é um luxo que só pode ser permitido aos países ricos industrializados. Essa prática política é a tese central defendida no processo de industrialização brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, de que é preciso primeiro crescer para depois distribuir a renda, pois não seria possível distribuir uma renda que não existe (SIMONSEN, 1975). Conceder prioridade às políticas de distribuição da renda comprometeria o ritmo do crescimento econômico e, conseqüentemente, a futura elevação da qualidade de vida.

Industrialização e desindustrialização brasileira no capitalismo tardio

A política externa adotada na maior parte da história do Brasil quanto a economia, foi baseada na teoria das vantagens comparativas, a predominante no século XIX. Entretanto, observa-se que, historicamente, as nações industrializadas usaram a proteção do Estado pelo menos numa fase inicial da industrialização, fundamental para criar uma base de sustentação de suas indústrias. Ao longo da formação econômica brasileira, a política externa, principalmente a industrial, nasceu com a adoção de uma política externa inadequada para o estágio de desenvolvimento do setor, sem vinculação à uma estratégia nacional articulada aos interesses do Estado.

Exemplo da frágil articulação entre a política industrial e a atuação do Estado frente aos interesses nacionais de desenvolvimento autônomo, é apresentado na Tabela 1. No período de maior apogeu da indústria brasileira, que inclui os anos do “milagre brasileiro”, durante a Ditadura Militar (1964-1985), o modelo de industrialização do capitalismo tardio foi realizado com hegemonia conservadora, face à debilidade da organização sindical e política. Entre 1964-1985, o Estado brasileiro estava preocupado em promover o crescimento econômico, relegando as políticas de desenvolvimento social e distribuição da renda a um plano secundário, resultando em uma forte concentração de renda no período de 1960 a 1980.

O crescimento beneficiou apenas a parcela mais rica da população brasileira. Os 20% mais pobres tiveram, no período, uma redução na sua participação da renda nacional de 3,9% para 2,8%. Essa redução também ocorreu para os 50% mais pobres, de 17,4% para 12,6%, no período de 1960 a 1980. A renda dos mais ricos cresceu em todos os estratos apresentados na Tabela 1, aumentando a participação dos 10% mais ricos de 39,6% para 50,9%. A mesma concentração de renda pode ser observada quando verificada a apropriação da renda de 1% dos mais ricos.

Tabela 1: Brasil: distribuição da renda nacional entre os estratos da PEA e os fatores de produção, em %

Anos	1960	1970	1980
20% mais pobres	3,9	3,4	2,8
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
10 % mais ricos	39,6	46,7	50,9
1% mais ricos	11,9	14,7	16,9
massa salarial	60,0	40,8	37,9
capital	40,0	59,2	62,1

Fonte: IBGE, elaborado por Argemiro Brum (1996).

A industrialização brasileira realizou-se sob a lógica da dependência tecnológica e de capital, subordinando o país à divisão internacional do trabalho vigente no século XX. A industrialização possibilitou maior disponibilidade de bens e de serviços, inclusive com a redução dos preços, acompanhada da elevação da produção. No entanto, a concentração espacial da renda e a concentração funcional não são suficientes para determinar que o crescimento, necessariamente, seja acompanhado por desenvolvimento econômico, e as consequências da industrialização brasileira, especialmente o acentuado desequilíbrio entre as regiões, evidencia as distorções produzidas nesse processo (PEREIRA, 2010).

As exigências impostas pelo capital externo na parceria com o Estado e as empresas brasileiras definem a constituição do modelo do capitalismo brasileiro após 1950. O processo de industrialização corresponde a esse modelo de crescimento que foi responsável pelo “milagre econômico” das décadas de 1960 e 1970, resultante da concentração de recursos financeiros, técnicos e humanos em determinados setores da indústria (NUNES, 2005). Esse tipo de crescimento econômico, em vez de promover a difusão generalizada do progresso técnico e a crescente homogeneização de toda a economia, gerou um significativo desnível interno, com uma expressiva concentração da produtividade em escala setorial e espacial.

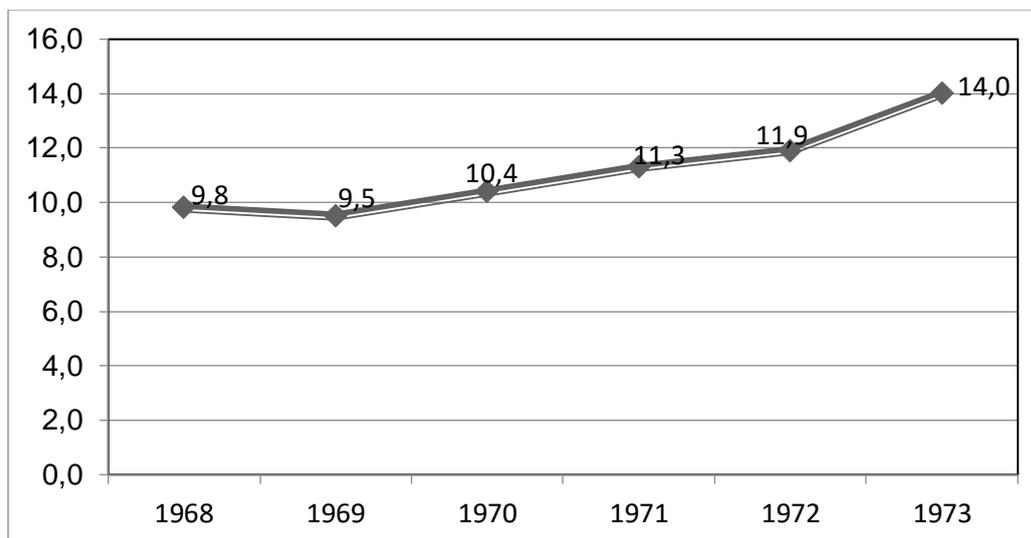
A perspectiva de Rostow (1974) contextualiza a atuação do Estado brasileiro, responsável por aplicar políticas públicas promotoras da industrialização, especialmente para aqueles que o controlaram a partir do golpe militar de 1964. A conjuntura histórica relacionada à deposição de João Goulart foi marcada por forte polarização política, delineada pelo confronto entre as propostas reformistas das estruturas sociais brasileiras, em especial a efetivação da reforma agrária, a elevação da renda dos trabalhadores e a ampliação do acesso à educação, saúde e moradia, associadas ao governo João Goulart e às forças políticas e sociais a ele vinculadas, que encontraram forte oposição das frações de classe relacionadas ao latifúndio e à perspectiva de uma modernização conservadora e de uma industrialização sem desconcentração da propriedade e da renda. O governo instaurado com o golpe militar adotou a premissa de crescimento econômico acelerado, sem medidas relacionadas à distribuição da renda, expansão dos direitos sociais e desconcentração da propriedade.

A modernização conservadora do Brasil foi amparada por uma teoria econômica conveniente à manutenção das estruturas reprodutoras das desigualdades nacionais, correlacionadas ao posicionamento político contrário às medidas necessárias à transformação dessa realidade. Decorre daí o discurso oficial vigente durante a Ditadura Militar, de crescimento econômico acelerado, sem o compromisso com a efetivação das estruturas necessárias à distribuição dos resultados. A conjuntura da Ditadura Militar evidencia que o problema da distribuição de renda é mais um problema de poder político do que de economia. O sistema de produção define o que produzir, para quem produzir e como produzir. No capitalismo, essas decisões são dirigidas pela demanda de renda e pelas decisões políticas; a distribuição dos recursos depende diretamente da estrutura de poder. No Brasil, a política de priorizar o crescimento econômico, com ênfase na industrialização, obteve êxito durante o governo Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e nos anos do “milagre econômico”, já sob a Ditadura Militar. O questionamento fundamental refere-se às contradições econômicas e sociais durante o período de elevado crescimento econômico, sobretudo nos anos do “milagre econômico”, que foi acompanhado por uma forte concentração de renda e limitou a melhoria da

qualidade de vida para a maioria dos brasileiros. O ritmo do desenvolvimento econômico (elevação da qualidade de vida) foi muito inferior ao do crescimento econômico (variação positiva no PIB) (HOFFMANN, 2001).

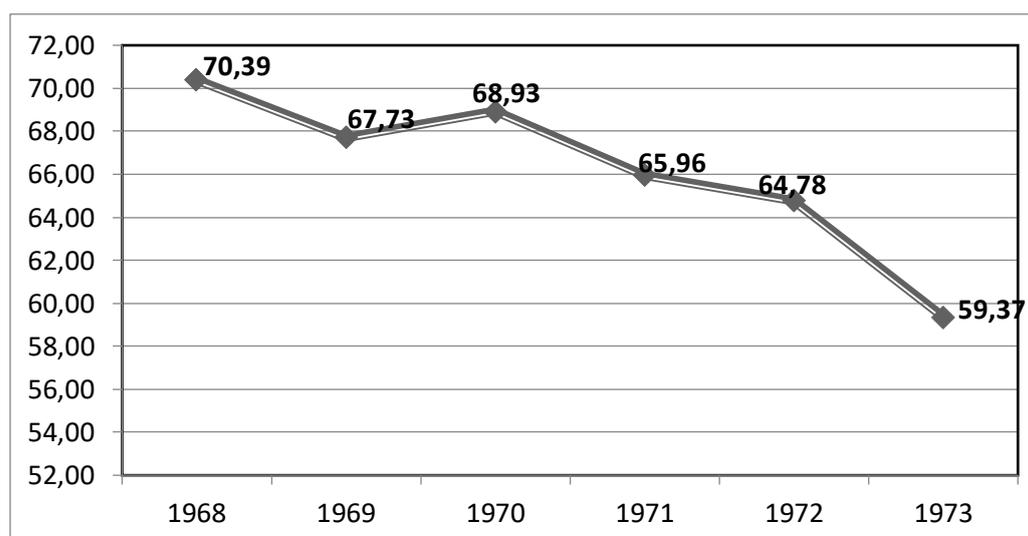
O Gráfico 1 apresenta o crescimento econômico durante os anos do “Milagre Brasileiro”, 1968 a 1973, com variação de 9,5% até 14%. O “milagre” do crescimento econômico foi resultado do processo de industrialização intenso no período, mas com concentração de renda como já apresentada na Tabela 1.

Gráfico 1: Crescimento do PIB – Anos do “Milagre Econômico” em %



Fonte: IPEADATA, 2021.

O crescimento das atividades econômicas com a industrialização sem o acompanhamento na melhora do valor do salário pode ser atribuído ao descompasso entre a oferta e a procura por trabalhador na área urbana (RATTER, 1972). Esse período de forte crescimento econômico foi acompanhando por outros fatores: intensificação do fluxo migratório do nordeste para o sudeste, maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e intensificação do processo de urbanização. Houve aumento no número de postos de trabalho, sobretudo no setor industrial paulista, mas ao mesmo tempo o ritmo da oferta de trabalhadores cresceu de forma mais acelerada, com imigrantes, mulheres e trabalhadores rurais disponíveis para esses postos. O Gráfico 2 apresenta a variação do valor real do salário mínimo durante o período dos anos do “Milagre Brasileiro”. Descontando-se a inflação, o salário mínimo variou de um índice de 70,39 para 59,37 (números índice tendo 1940=100), representando queda de 15,66% em seu poder de compra. A economia cresceu, mas os ganhos do crescimento econômico com a industrialização não foram distribuídos.

Gráfico 2: Variação no valor real do salário mínimo. Base 1940 = 100

Fonte: elaborado pelos autores, com base nas informações do Dieese (2021).

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho ocorreu em uma condição passiva. Internamente, concebeu-se o alcance do desenvolvimento econômico, conforme as condições estipuladas nos modelos clássicos de desenvolvimento, especialmente durante a Ditadura Militar, quando a censura e a repressão política restringiram o debate sobre o desenvolvimento nacional. Naquele período, concebia-se alcançar o desenvolvimento mediante a ampliação da produção interna, resultado das substituições das importações, o que provocaria efeitos positivos na cadeia produtiva, pois, quanto maior a produção interna, maior seria a renda gerada internamente e, conseqüentemente, o consumo. Esse efeito de encadeamento de consumo, produção e renda potencializaria o crescimento das atividades e a formação de polos de crescimento industrial no Brasil (HIRSCHMAN, 1961).

A inserção subordinada do Brasil à divisão internacional do trabalho realizou-se em um contexto pertinente à ampliação das desigualdades entre as regiões brasileiras. Essa condição, constituída durante a Ditadura Militar brasileira, foi aprofundada na década de 1990, com a implantação de uma política econômica neoliberal, responsável por alienar o patrimônio estatal e realizar uma abertura econômica ampla e rápida, atendendo às pressões advindas do capital internacional. A lacuna deixada pelo fracasso da economia na década de 1980 abriu espaço para novas alternativas na política econômica. Com as eleições presidenciais de 1989, em um ambiente de insatisfação popular em relação ao Governo da época, amplia-se o debate por mudança no país. No segundo turno das eleições presidenciais, havia duas propostas. A primeira era a liberal, que previa o fim do Estado empresarial, a inserção do país na economia internacional por meio da abertura comercial e a desregulamentação financeira e da modernização do parque produtivo, com o aumento da competição externa. Essa nova proposta indicava que o problema do país era a ineficiência do setor público, a má gestão das empresas estatais e a acomodação dos empresários diante da ausência da competição externa.

A segunda alternativa era o modelo nacional produtivo, que previa um desenvolvimento econômico independente dos interesses externos, por meio da manutenção da substituição das importações e do crescimento dos investimentos públicos, pela criação de empresas estatais. Mesmo com o crescimento das forças sociais, organizadas na década de 1980, a vitória nas eleições foi de Fernando Collor, candidato identificado com a proposta liberal (ANDREI, SAMPAIO, 1995). No Governo Collor, foi implantada uma gestão econômica pautada no chamado “Consenso de Washington”, em consonância com um conjunto de recomendações de política econômica concebidas por grandes organismos multinacionais, como o BIRD o FMI. O plano de combate à inflação estava pautado na tentativa de um ajuste fiscal e monetário, com o alongamento da dívida pública (bloqueio dos ativos financeiros), redução dos gastos públicos (privatizações e reforma administrativa) e reestruturação do setor privado, com a redução das tarifas de importação.

Na Tabela 2 observa-se a evolução do sistema brasileiro de tarifas nominais de importação e a drástica mudança, a partir de 1989, com a abertura comercial promovida pelo Governo Collor, e

com a redução média das tarifas de importação de 105%, no período de 1985/88, para 34%, no período de 1989/93. Observa-se ainda que, no período de 1993/1997, anos que contemplam o Plano Real, a redução das tarifas de importação se manteve em queda, ainda que em menor intensidade que no período anterior.

Tabela 2: Evolução em percentual das tarifas de importação nos principais setores da indústria no período de 1985-97

Setores selecionados	1985/88	1989/93	1993/97
Transformação de minerais não metálicos	87,70	18,97	7,18
Metalurgia	65,15	21,33	12,41
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material elétrico e de comunicações	91,73	34,69	18,31
Material de transporte	105,53	40,65	24,69
Química	32,48	16,70	6,63
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	166,55	45,31	19,55
Alimentícia	77,50	23,31	12,53
Bebidas	159,50	54,66	13,93
Média*	104,97	34,00	13,37

Fonte: Rossi & Ferreira, 1999. * Média da indústria de transformação.

A tentativa de aplicação de um modelo liberal por Collor encontrou oposição tanto de grupos econômicos nacionais quanto de políticos e, principalmente, das organizações sociais. Isso ocorreu porque, mesmo na década perdida de 1980, a economia brasileira mantinha um vasto parque industrial que se viu ameaçado pela nova política econômica. A incapacidade de impor rapidamente a agenda do “Consenso de Washington” devido à resistência das forças opositoras evitou o aceleração da destruição da estrutura econômica, mas não evitou o retrocesso da produção industrial brasileira e o agravamento das condições sociais, principalmente com a retração do emprego (ANDREI, SAMPAIO, 1995).

A ascendência das empresas transnacionais no cenário econômico contemporâneo permite a elas a realização de operações aptas a deslocar capital e recursos produtivos em uma escala sem precedentes. Essas transferências prescindem da coordenação política com os Estados nacionais que, fragilizados com a adoção de práticas neoliberais, perdem o controle dos fluxos de capital e dos recursos econômicos, especialmente os países em desenvolvimento, mais frágeis institucionalmente e, portanto, vulneráveis a pressões políticas para redução do controle dos fluxos de capital e de outros recursos econômicos.

Entretanto, os efeitos concretos da industrialização dos países periféricos afastaram-se do desenvolvimento no que se refere à redução das disparidades sociais, característica dos países latino-americanos. O problema da desigualdade de renda brasileiro foi acentuado após a Segunda Guerra Mundial, período de elevado crescimento econômico industrial que não pode ser estudado de forma isolada, como uma questão técnica. O significado da distribuição do rendimento no Brasil é um problema de economia política, que só pode ser entendido a partir da análise da formação das classes sociais, da estrutura e da formação do poder político e das formas de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho (SOUZA, 2012).

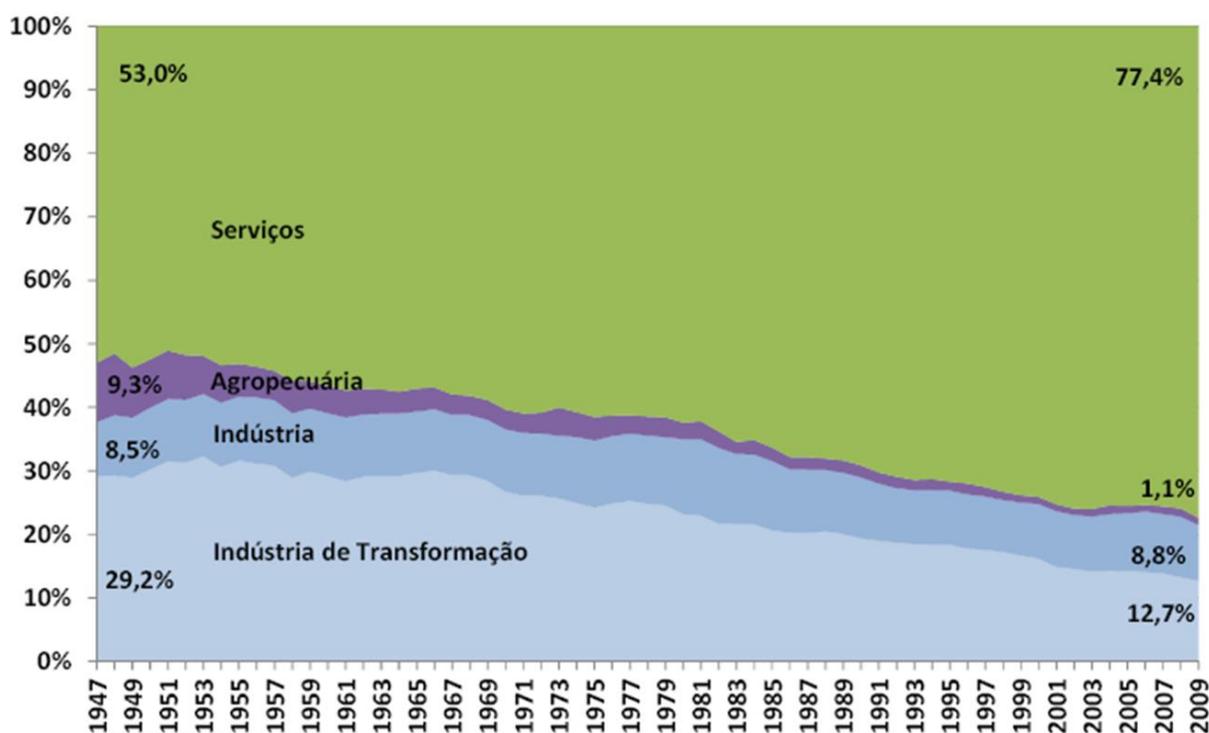
O processo de industrialização e desindustrialização: experiências internacionais

A desindustrialização, sob a ótica do comércio exterior, é interpretada como a deterioração da posição da indústria manufatureira do país. Esse tema é tratado por autores brasileiros, mas, como não há uma qualificação rigorosa da questão, a discussão limita-se aos impactos do comércio externo sobre a produção interna, que se manifesta pela apreciação cambial ou pela reprimarização da pauta exportadora (MOCEIRO, 2012), junto com os indicadores de comércio exterior e a participação da indústria de transformação no PIB do país. Nesta seção serão apresentados dados sobre a redução da participação da indústria no PIB nas principais economias mundiais e no Brasil, e as relações do Brasil com o mercado internacional.

Há consequências distintas se a desindustrialização se concentra nos setores intensivos em ciência e tecnologia, como ocorreu nos países mais desenvolvidos, ou em setores de serviços intensivos em trabalho pouco qualificado, característica dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, a composição setorial manufatureira de uma economia desindustrializada importa qualitativamente para o desenvolvimento futuro (MOCEIRO, 2012). Após a Segunda Guerra Mundial, enquanto as economias centrais, como EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Japão, ampliaram sua produção industrial alinhada ao desenvolvimento tecnológico das áreas de serviços, alguns países semiperiféricos, tradicionalmente exportadores de produtos primários, como Brasil, Argentina, África do Sul e México, tiveram possibilidades de ampliar suas produções industriais, nos modelos de indústria montadora (POCHMANN, 2005).

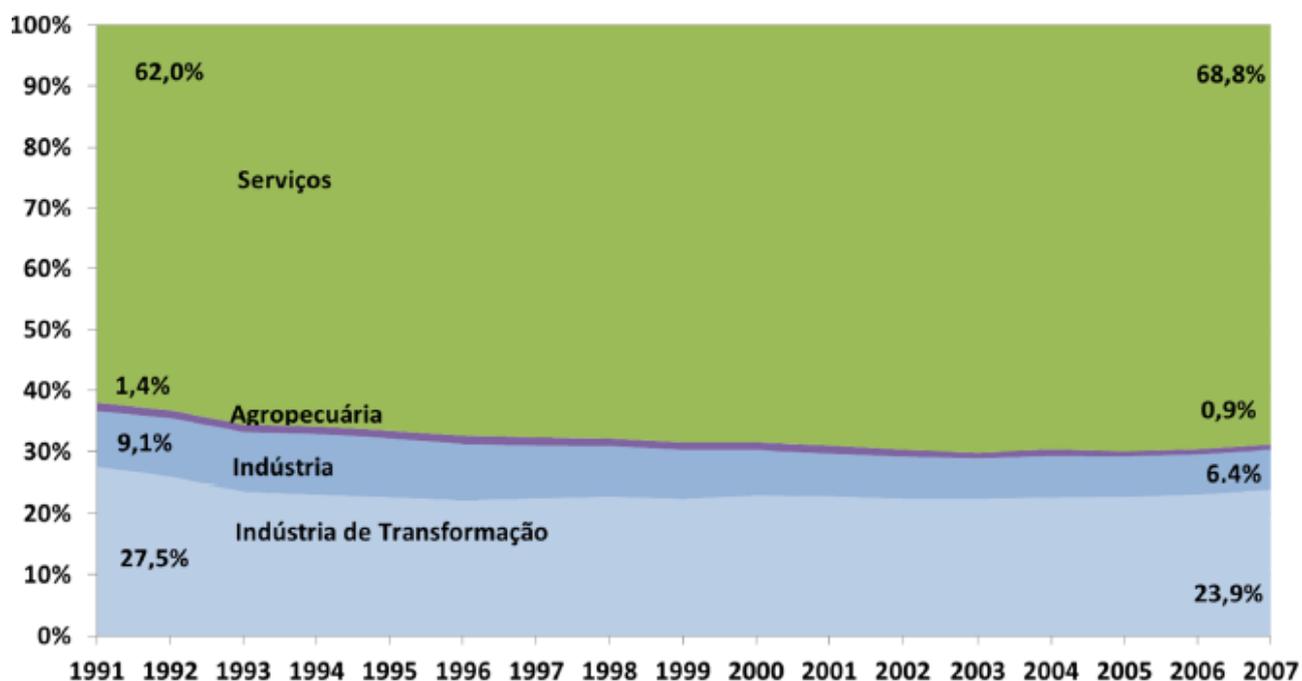
Os Estados Unidos são um país de industrialização madura e líder na geração de tecnologias. A redução do emprego e do PIB industrial estão associados ao avanço de outras atividades econômicas, com destaque para a inovação, a robótica e a expansão de serviços especializados. Isso ocorre devido ao crescimento da produtividade ser maior na manufatura do que em outros setores da economia, principalmente no setor de serviços que, em sua maioria, possuem menor grau de comercialização com o exterior do que os produtos manufaturados. Por um lado, a manufatura consegue administrar melhor os aumentos de preços em virtude do crescimento da produtividade redutora de custos e, por outro, a pressão competitiva no comércio internacional impõe um teto para repasses de preços; já os serviços sofrem menor influência desses dois canais de transmissão.

O Gráfico 3 apresenta a evolução da participação setorial na economia americana no período de 1947 a 2009. Na década de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, há o auge da participação do PIB industrial, mas essa participação é reduzida ao longo das décadas posteriores. Em 1947, a participação da indústria de transformação no PIB era de 29,2%, reduzida em 2009 para 12,7%. A indústria extrativista permaneceu praticamente com a mesma participação no PIB no período, com ligeiro aumento de 8,5% em 1947 para 8,8% em 2009. A agricultura reduziu sua participação de 9,3% para 1,1% no PIB americano. O maior destaque ficou por conta do setor de serviços (incluído nele as atividades de comércio), que cresceu de 53,0% em 1947 para 77,4% em 2009.

Gráfico 3: Participação setorial no PIB dos EUA – 1947 – 2009

Fonte: FIESP, 2013.

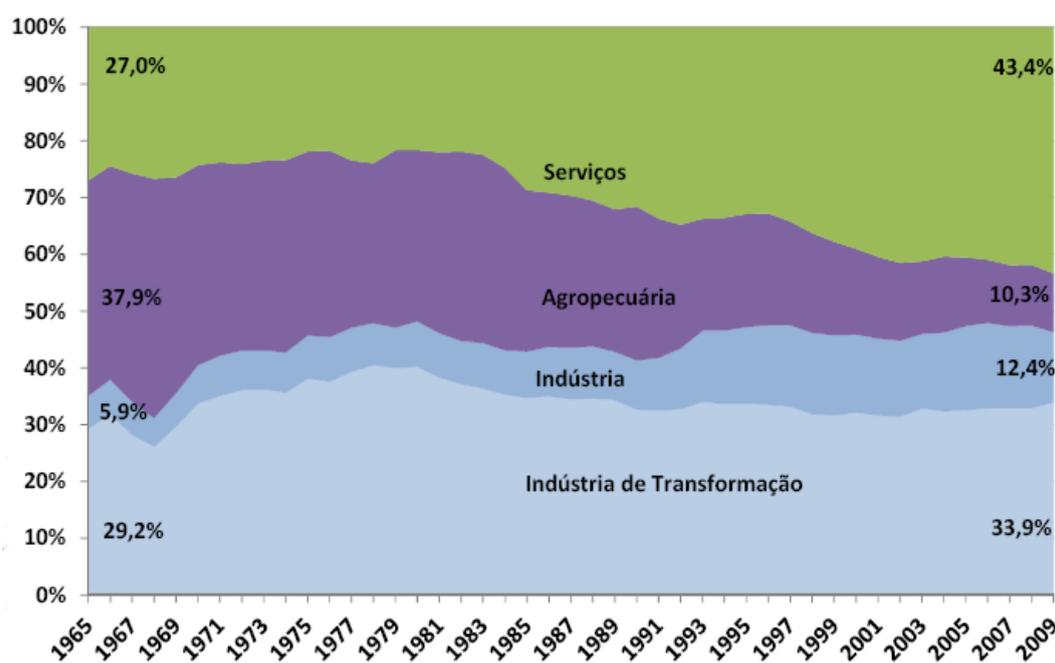
Esse crescimento do emprego no setor terciário nos EUA está ligado à própria produção industrial. Metade dos postos de trabalho são procedentes da economia pós-industrial, que continua a envolver serviços de atendimento e produção relacionados ao avanço tecnológico (POCHMANN, 2005). O Gráfico 4 aponta a participação do PIB setorial na Alemanha no período de 1991 a 2009. Cabe destacar que não foi possível apresentar dados anteriores a 1991 pelo fato de que o país, até essa data, se encontrava dividido em dois: Alemanha Oriental e Ocidental. Na apresentação dos dados da Alemanha, mesmo em um período mais curto em comparação com os dados americanos, pode ser destacada a participação de 23,9% da indústria de transformação, patamar elevado para uma economia com industrialização consolidada, na comparação com os EUA. Em 2009, a agropecuária representou apenas 0,9% do PIB e o setor de serviços, 68,8%. A inovação tecnológica foi capaz de ampliar a participação da economia no setor terciário, sobretudo com o avanço da inovação tecnológica.

Gráfico 4: Participação setorial do PIB da Alemanha no período de 1991 – 2009

Fonte: FIESP, 2013.

O Gráfico 5 apresenta a situação da China, um país com industrialização tardia, assim como o caso brasileiro. A China manteve a participação das atividades da indústria de transformação na composição do PIB e a expansão da indústria extrativista. Do total da produção, 46,3% estavam no setor industrial em 2009. A ampliação das atividades de serviços é resultante da queda da participação do setor de agropecuária. A manutenção da produção industrial está diretamente associada à expansão das exportações chinesas nesse segmento.

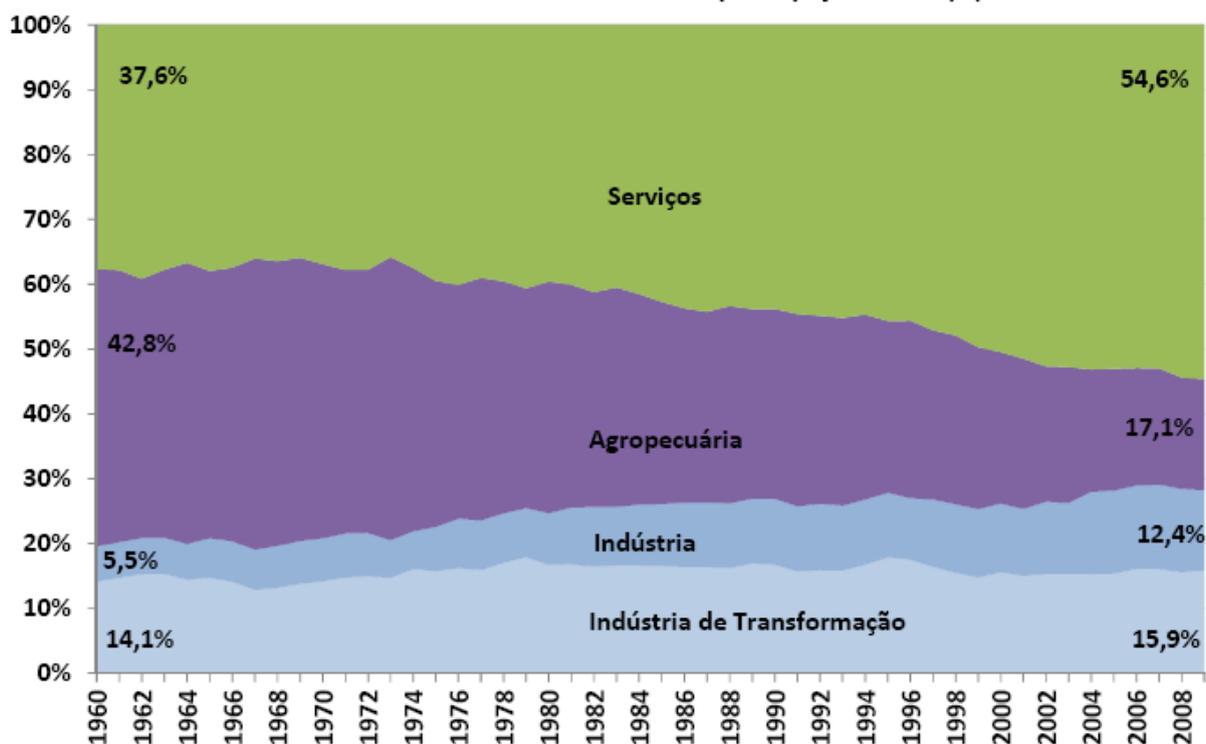
Em 1980, a China era responsável por 0,83% da produção industrial no mundo. Em 2015 essa participação chegou a 18,20%, (CNI, 2018). Em 2017 a China foi responsável por $\frac{1}{4}$ da produção industrial mundial.

Gráfico 5: Participação setorial do PIB da China no período de 1965 – 2009

Fonte: FIESP, 2013.

Em relação à Índia, conforme apontado no Gráfico 6, a participação das atividades industriais apresenta crescimento até 2009. A industrialização indiana, tardia em relação aos países desenvolvidos, tem expansão no crescimento das atividades de serviços, em substituição à produção do setor primário. O crescimento da produção industrial é resultado do aumento de investimentos e das atividades em pesquisa e desenvolvimento, nas quais o Estado indiano representa um papel de decisivo, sobretudo por meio de suas agências de pesquisa e dos incentivos – em sua maioria, fiscais – à atração de investidores internacionais. A expansão dos investimentos estrangeiros em pesquisa e desenvolvimento acompanhou o impulso das exportações no início da década de 1990 e culminou com a atração de investidores interessados, sobretudo, com o potencial científico do contingente de mão de obra disponível no país. Além disso, a Índia destaca-se pela tradição de sua infraestrutura institucional, pelas vantagens de custo que oferece e pela proximidade geográfica com os mercados asiáticos como a China e o Japão (PIANNA, 2007). A política industrial instituída pelo governo indiano criou agências governamentais e programas de incentivo aos investimentos estrangeiros, configurando um novo padrão de financiamento dessas atividades, qual seja, aquele com maior participação das multinacionais.

Gráfico 6: Participação setorial do PIB da Índia no período de 1965 – 2009



Fonte: FIESP, 2013.

Em relação ao desempenho industrial das economias mais maduras, como EUA (maior potência econômica do mundo) e Alemanha (maior economia da Europa), verificou-se que está em curso, após a Segunda Guerra Mundial, o aumento da participação do setor de serviços, ligado às novas tecnologias, e a redução na participação das atividades primárias e secundárias. Quando observado o desempenho das novas potências industriais, China e Índia, no caso da primeira há uma estabilização em um patamar de $\frac{1}{4}$ da produção industrial mundial e no caso da segunda, observa-se um crescimento no século XXI, com a redução da participação das atividades agrícolas e a expansão das atividades secundária e terciária.

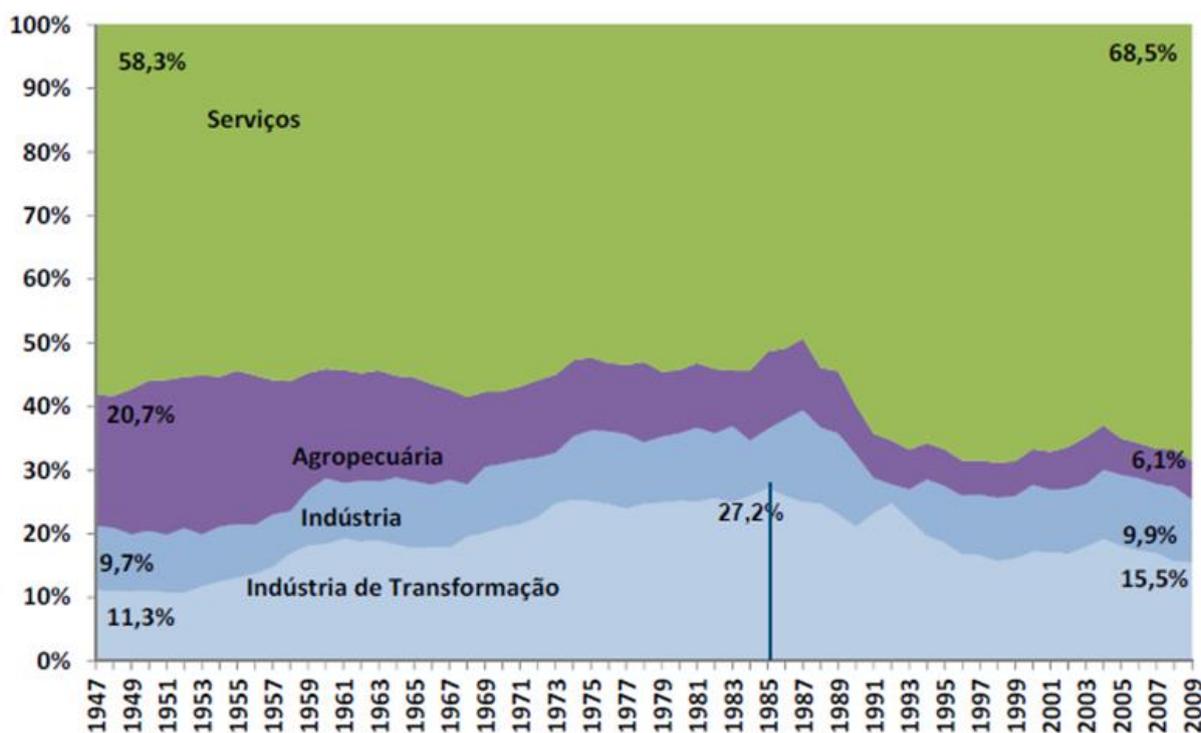
A desindustrialização brasileira

A apresentação do contexto industrial de países como EUA, Alemanha, China e Índia, possibilita situar e comparar o processo de desindustrialização brasileiro com outras trajetórias nacionais. Cabe destacar que o Brasil é um país de industrialização tardia, no entanto, anterior aos países asiáticos (China e Índia). No início dos anos 1960, enquanto os asiáticos ainda contavam com

a participação de 40% das riquezas no setor primário, no Brasil esse percentual não alcançava 20% (FIESP, 2013).

O Gráfico 7 apresenta a participação setorial da economia brasileira no período de 1947 a 2009. O ano de 1985 marca o auge da participação da indústria de transformação no país, com 27,2% do PIB. Em 1947, essa participação foi de 11,3%, inferior à de 2009, que foi de 15,5%. Também se observa a redução da participação dos setores agropecuário e o aumento da participação do setor de serviços, mesmo em um ritmo menor que o observado nos demais países aqui apresentados.

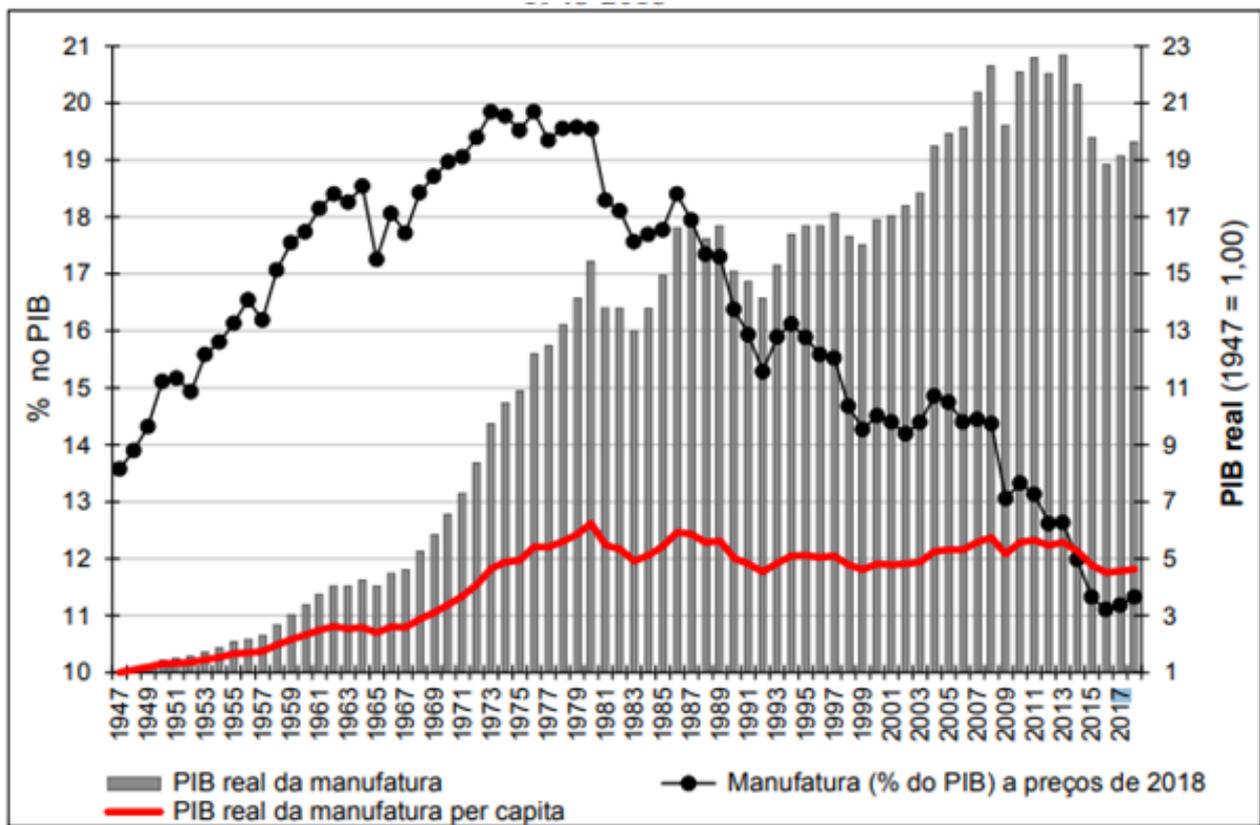
Gráfico 7: Participação setorial do PIB no Brasil, no período de 1947 – 2009



Fonte: FIESP, 2013.

O Gráfico 8 apresenta aponta, além da queda na participação da atividade industrial na composição do PIB, a redução do PIB industrial a partir da década de 2010 e a redução do PIB industrial *per capita*. Conforme Morceiro (2012) a desindustrialização é a redução da participação do PIB industrial; portanto, está caracterizado o processo de desindustrialização no Brasil. No caso brasileiro, a redução da participação das atividades industriais não esteve associada à geração de empregos com mais tecnologia, mas ao crescimento do emprego informal com baixa remuneração (POCHMANN, 2005).

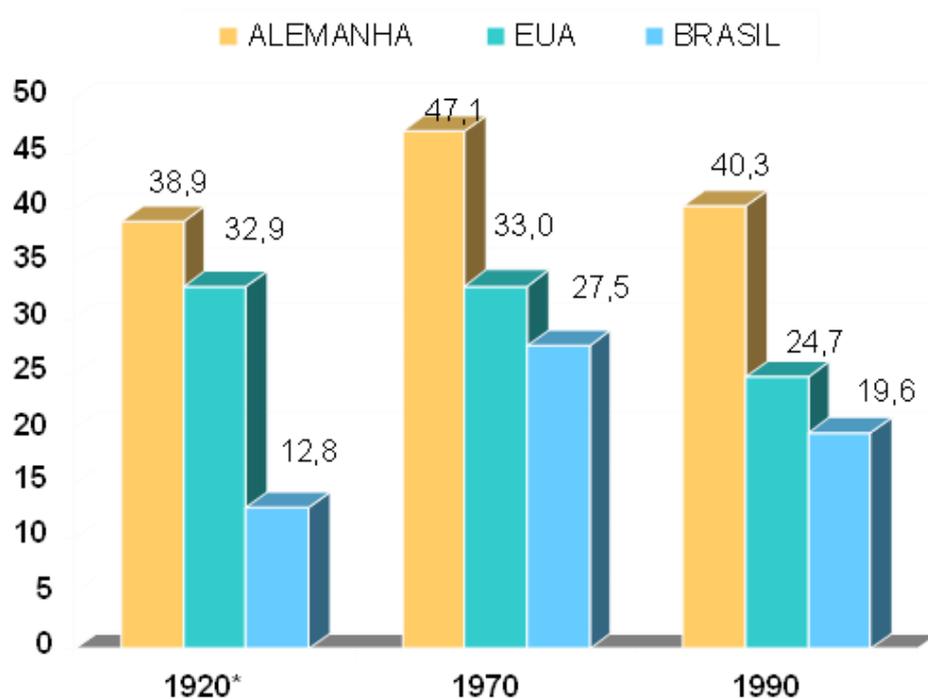
Gráfico 8: Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro no período de 1947-2017



Fonte: Morceiro, 2018.

O Gráfico 9 apresenta a comparação da participação da indústria no PIB brasileiro com os casos dos EUA e da Alemanha. No caso alemão, a participação do setor industrial nos períodos indicados no Gráfico 9 - 1920, 1970 e 1990 - é superior ao Brasil e aos EUA, chegando a 47,2% em 1970. No caso americano, em 1920 e 1940 essa participação é de 1/3 do PIB, reduzindo-se para 1/4 em 1990. E, no caso brasileiro, o auge da participação da indústria é em 1970, com 27,2% do PIB. Os números apresentados no Gráfico 9 nos permitem concluir que o processo de industrialização brasileiro não conseguiu alcançar a maturidade das economias americanas e alemã, ocorrendo um processo precoce de desindustrialização.

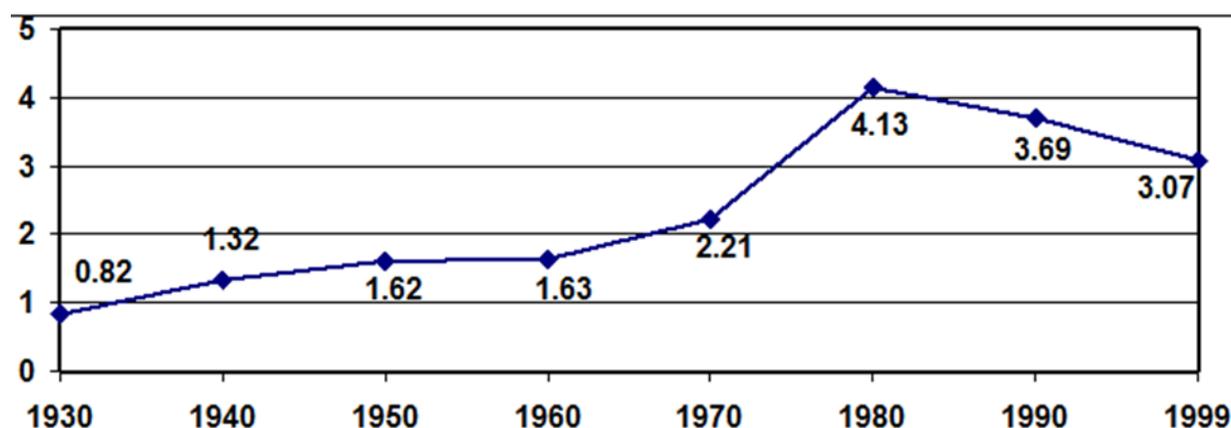
Gráfico 9: Comparação da participação do PIB da indústria no Brasil com o EUA e a Alemanha Ocidental, períodos selecionados



Fonte: Pochmann, 2005.

O Gráfico 10 mostra a redução da participação do emprego industrial brasileiro, em relação ao emprego mundial.

Gráfico 10: Participação do emprego industrial brasileiro no emprego mundial da indústria, em percentual



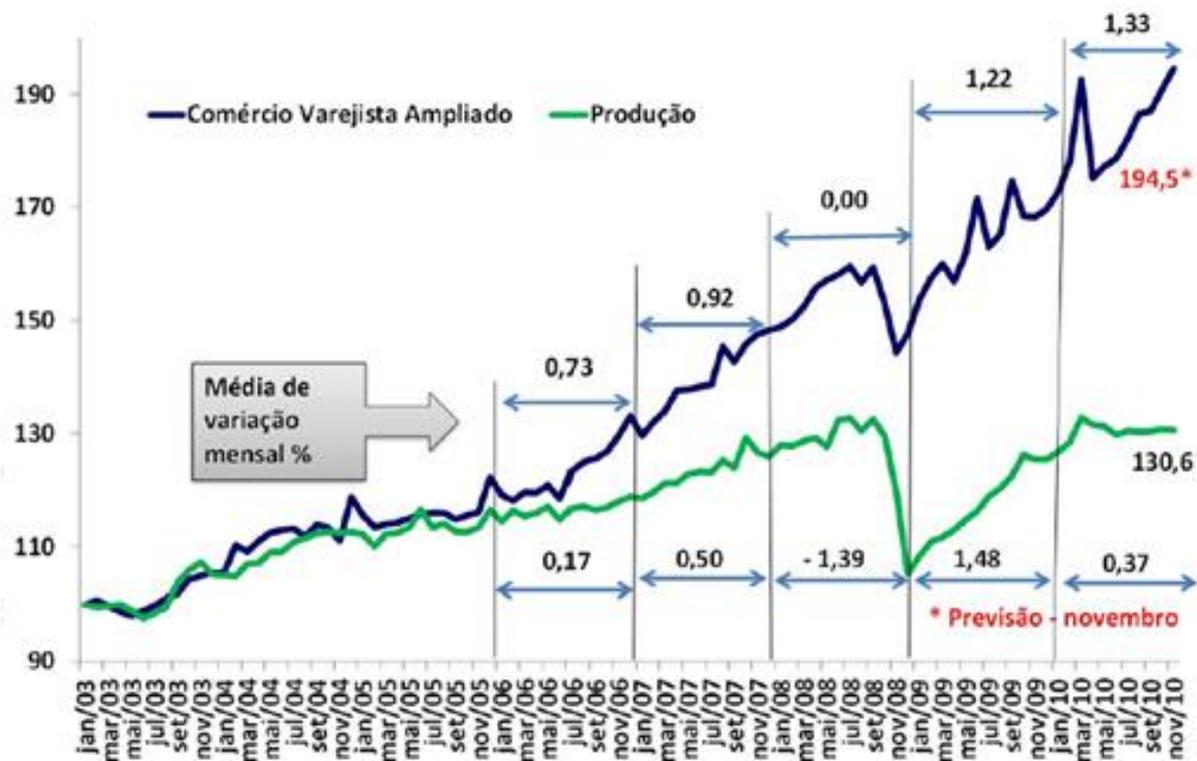
Fonte: Pochmann, 2005.

Em 1980, o Brasil era responsável por 4,13% dos postos de trabalho na indústria no mundo. Esse percentual foi reduzido para 3,07% em 1999. Ainda no Gráfico 10, pode ser verificado também o forte crescimento da indústria nos anos do “milagre brasileiro”.

O resultado do incentivo ao consumo e da manutenção da política de abertura econômica foi a intensificação das importações de produtos industrializados, resultando no aumento do *déficit* externo brasileiro no setor, como apontado no Gráfico 11. Enquanto o consumo no período de 2003 a

2010 cresceu 95,5%, a produção industrial cresceu 30,6%, indicando que cada vez mais o Brasil consumiu produtos industrializados importados.

Gráfico 11: Índice de Produção e Consumo de Produtos industrializados de janeiro de 2003 a dezembro de 2010 (2003=100)



Fonte: adaptado da FIESP, 2013.

A ausência de uma política industrial com incentivo à elevação da produção nacional tem correlação direta com a integração subordinada do país à divisão internacional do trabalho, pois favoreceu a fragilização do Estado nacional nas últimas décadas. A integração subordinada impossibilitou a resistência à abertura econômica associada ao atendimento dos interesses das corporações transnacionais, em detrimento das necessidades da população brasileira. As grandes empresas estrangeiras estão cada vez mais presentes no país, com apoio governamental e com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas multinacionais têm centros de pesquisas em seus países de origem e não têm interesse em investir na produção tecnológica no país. Com a ausência de uma política industrial nacional, a tendência é o agravamento da crise no setor, ampliando a desnacionalização e a desindustrialização do país.

As relações econômicas externas no século XXI caracterizam-se pela redução da participação dos produtos industrializados (artigos manufaturados, classificados pelo material) de 20,04% para 11,02% das exportações brasileiras, e o aumento das importações nesse segmento de 9,99% para 11,99%.

Tabela 3: Participação setorial das exportações brasileiras conforme classificação do CUCI no período 2000-2019

Participação setorial	2000	2005	2010	2015	2019
Artigos manufaturados, classificados pelo material	20,04	18,30	11,62	13,01	11,02
Bebidas e tabaco	1,66	1,50	1,42	1,22	1,02
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	1,65	5,98	9,83	7,20	13,45
Máquinas e equipamentos de transporte	27,96	25,88	16,55	16,33	14,18
Materiais em bruto, não comestíveis, exceto combustíveis	15,73	16,16	26,06	26,42	30,38
Mercadorias e transações não especificadas em outras partes da CUCI	2,64	2,23	2,77	2,80	1,63
Obras diversas	6,25	4,20	2,45	2,18	2,09
Óleos animais e vegetais, gorduras e ceras	0,85	1,25	0,79	0,80	0,43
Produtos alimentícios e animais vivos	16,75	18,34	22,40	24,04	20,73
Produtos químicos e relacionados	6,49	6,17	6,10	6,01	5,09
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério de Comércio Exterior (2020). Participação setorial conforme valores das transações em dólares nominal. Elaborado pelos autores.

A Tabela 4 aponta que a maior inserção da economia brasileira na economia global resultou no aumento das importações nesse segmento, sem que ocorresse o aumento das exportações, com a redução da possibilidade interna de geração de emprego e renda no país na atividade industrial. No setor de combustíveis ocorreu uma melhora da situação do país, com aumento das exportações e queda nas importações. Esse resultado positivo se deve principalmente ao aumento dos investimentos na Petrobrás, empresa estatal nacional. No período de 2002 a 2012 houve aumento de R\$ 51,91 bilhões para R\$ 152,04³, representando 192,89%. O nacionalismo econômico e a participação do Estado na economia para a redução da dependência de petróleo no país contribuíram para diminuir a vulnerabilidade externa.

Tabela 4: Participação setorial das importações brasileiras conforme classificação do CUCI no período de 2000-2019

Participação setorial	2000	2005	2010	2015	2019
Artigos manufaturados, classificados pelo material	9,98	10,35	12,63	10,91	11,99
Bebidas e tabaco	0,23	0,23	0,28	0,35	0,40
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	14,83	18,33	16,50	14,53	13,51
Máquinas e equipamentos de transporte	41,87	37,83	39,55	37,34	35,06
Materiais em bruto, não comestíveis, exceto combustíveis	3,29	3,27	2,53	2,40	2,40
Mercadorias e transações não especificadas em outras partes da CUCI	0,10	0,00	0,00	0,00	0,01
Obras diversas	5,78	6,14	6,42	7,64	6,54
Óleos animais e vegetais, gorduras e ceras	0,37	0,28	0,38	0,45	0,47
Produtos alimentícios e animais vivos	5,63	3,66	3,88	4,24	4,57
Produtos químicos e relacionados	17,91	19,90	17,83	22,14	25,05
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério de Comércio Exterior (2020). Participação setorial conforme valores das transações em dólares nominal. Elaborado pelo autor.

O setor de máquinas e equipamentos de transporte aponta forte dependência, o que reduz potencial de maior autonomia interna. A participação desse setor nas exportações brasileiras se reduziu quase pela metade. Enquanto as importações apresentam uma pequena queda, as exportações representam um terço do que importamos no setor. O modelo de substituição de importação e a criação de indústrias estatais produtoras de matérias-primas foram responsáveis pela

³ Valores deflacionados a preços de 2015.

expansão desse segmento no Brasil, principalmente do setor automobilístico, que foi o centro dinâmico da economia (TAVARES, 1998).

No setor de materiais em bruto, não comestíveis, exceto combustíveis, observa-se que praticamente dobrou a participação das exportações, de 15,73% para 30,38% no período, apontando a reprimarização. As importações apresentaram queda e representaram em 2019 apenas 2,40%. As Tabelas 3 e 4 demonstram o crescimento das exportações e das importações até a crise econômica global de 2008. No período de 2010 a 2013 houve maior crescimento das importações, resultante do crescimento econômico interno. A crise dos anos 2015 e 2016 aponta queda mais significativa das importações, retomada nos dois últimos anos.

De um modo geral, a dinâmica das importações está relacionada à dinâmica interna de consumo, e pouco contribui para a expansão da produção industrial. Quando analisamos os dados do saldo da balança comercial do setor, observa-se redução em períodos de maior crescimento da renda interna. Cabe destacar que, após 2016, a expansão, ainda que tímida no crescimento da economia, é acompanhada da expansão das importações e do saldo da balança comercial do setor. Houve crescimento do *déficit* no setor químico no Brasil, com a estagnação das exportações e o aumento extraordinário das importações. Esse resultado é consequência da dependência tecnológica em um setor estratégico. Cabe destacar a forte dependência brasileira no setor farmacêutico. Para produzir medicamentos é necessário importar produtos da Índia, que ainda apresenta crescimento industrial, e insumo para a produção agrícola, reduzindo o efeito multiplicador desses setores.

Considerações finais

Ao fim deste trabalho, observou-se que o capitalismo está caracterizado pelo crescimento econômico associado ao processo de industrialização, com destaque para os países que participaram da primeira e da segunda revolução industrial. Essa industrialização foi acompanhada pela expansão do desenvolvimento. Um país industrializado era considerado, no século XIX, como um país rico, mesmo com intensa concentração de renda, como no caso da Inglaterra.

No caso brasileiro, a industrialização, apesar de atrasada ou tardia foi capaz de promover o crescimento econômico, principalmente em dois períodos da nossa história: na década de 1950, com o Plano de Metas no Governo JK, e nas décadas de 1960 e 1970, com o “milagre econômico” realizado durante a Ditadura Militar. Nesses dois momentos o crescimento industrial contribuiu para o crescimento econômico do país, mas foi acompanhado por uma forte concentração espacial (concentração na Região Sudeste), individual (concentração em favor dos mais ricos) e funcional (concentração em favor dos empresários, enquanto os salários foram reduzidos) da renda, sobretudo no período da Ditadura Militar. O auge da participação das atividades industriais no Brasil ocorreu na década de 1980, em que $\frac{1}{4}$ das riquezas produzidas tinha origem nas atividades industriais, percentual que se reduziu drasticamente após esse período, marcando o processo de desindustrialização. A redução da participação das atividades industriais esteve associada ao aumento do emprego precário na área de serviços, e menor no campo da inovação, como nos países desenvolvidos. Por conta da ausência de uma política industrial, a vitalidade das atividades industriais foi mantida nos países asiáticos, sobretudo China e Índia.

A abertura econômica do Brasil, com o “Consenso de Washington”, no início dos anos 1990, acelerou o processo de desindustrialização. No novo milênio, com o estreitamento das relações econômicas Brasil/China, aumentaram as importações de produtos industriais e as exportações de produtos primários, com a aceleração do processo de reprimarização da economia brasileira, característica marcante da história econômica brasileira nas últimas décadas.

Referências

ANDREI, C.; SAMPAIO, F. A. **Limites do Liberalismo 1990-1992**. São Paulo: Fundap, 1995.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/> Acesso em: 12 jan. 2021.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: Fecamp, 1990.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Desempenho da Indústria no Mundo. **Indicadores CNI**, São Paulo. ano 2, n. 1, jul. 2018.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O valor do salário mínimo**. Disponível em: www.dieese.org.br Acesso em: 10 jan. 2021.

FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Por que reindustrializar o Brasil?** São Paulo: FIESP. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IPEADATA. **Banco de dados do IPEA**. Disponível em: www.ipeadata.gov.br Acesso em: 10 jan. 2020.

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MARCZEWSKI, J.; VILAR, P. **¿Qué es la historia cuantitativa?** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: Fecamp, 1998.

MORCEIRO, P. C. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. 198 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PIANNA, Anelise. O desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico recente da Índia: origens, causas e perspectivas. *In*: SEMINÁRIO DE ECONOMIA INDUSTRIAL, 8., 2007. Araraquara: Seminário de Jovens Pesquisadores, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1972.

RESENDE FILHO, Cyro de B. **História Econômica Geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

ROSSI, J. L.; FERREIRA, P. C. **Evolução da produtividade na economia e a abertura comercial**. Texto para discussão n.º 651. Brasília: IPEA.

SIMONSEN, Mario H.; CAMPOS, Roberto de O. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1975.

TAVARES, Maria da C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006. [Primeira ed. alemã: Berlin: Duncker & Humblot, 1923].



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.